

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JAN/2011 A DEZ/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JAN/2011 A DEZ/2011	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	2.640.993.089,79	0,00
Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	811.763.820,01	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	277.556.126,59	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	532.775.777,89	
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	1.431.915,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )	1.829.229.269,78	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b)	1.829.229.269,78	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	37.284.183.547,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	4,91
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.203.495.247,66
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.093.320.485,28

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Não constam despesas judiciais com precatório para a Unidade Orçamentária - 1031 - Tribunal de Justiça do Estado de MG.

(2) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(3) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.431.915,53

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JAN/2011 A DEZ/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010  
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JAN/2011 A DEZ/2011	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	2.640.993.089,79	0,00
Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.937.691.953,05	
Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0,00	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) (1)	0,00	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	703.301.136,74	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	846.113.409,03	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores (2)	141.380.356,76	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	703.301.136,74	
Despesas de Caráter Indenizatório (4)	1.431.915,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )	1.794.879.680,76	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b)	1.794.879.680,76	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	37.284.183.547,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	4,81
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.203.495.247,66
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.093.320.485,28

FONTE: SIAFI/MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Não constam despesas judiciais com precatório para a Unidade Orçamentária - 1031 - Tribunal de Justiça do Estado de MG.

(2) - Despesa com Pessoal Ativo;

(3) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(4) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.431.915,53

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010.

R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões Alimentícias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuições/Retenções/Descontos p/ Institutos de Previdência	R\$ 5.259.492,33	R\$ 5.259.492,33	R\$ 0,00
Cauções e Garantias Diversas - Execução Contratual	R\$ 128.931,54	R\$ 128.931,54	
Outros Consignatários/ Retenções	R\$ 16.097.744,31	R\$ 16.097.744,31	R\$ 0,00
Recursos de Arrecadação GRCTJ	R\$ 40.201.402,15	R\$ 39.625.814,74	R\$ 575.587,41
Central de Mandados	R\$ 22.065.414,84	R\$ 22.065.414,84	R\$ 0,00
Fiança Crime	R\$ 4.135.189,31	R\$ 4.135.189,31	R\$ 0,00
Penas/ Multas Pecuniárias	R\$ 177.848,44	R\$ 177.848,44	R\$ 0,00
Cauções e Garantias Diversas	R\$ 197.785,86	R\$ 197.785,86	R\$ 0,00
Verbas Indenizatórias - Oficiais de Justiça - Diversos	R\$ 135.853,51	R\$ 135.853,51	R\$ 0,00
Precatórios de Prefeituras e Órgãos Diversos	R\$ 1.295.056,37	R\$ 1.293.472,95	R\$ 1.583,42
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 72.689.255,85	R\$ 72.689.255,85	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 824.271,11	R\$ 824.271,11	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RP Empenhados e não Liquidados - Exerc. Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>R\$ 163.208.245,62</b>	<b>R\$ 162.631.074,79</b>	<b>R\$ 577.170,83</b>
Recursos Diretamente Arrecadados para livre utilização <sup>(1)</sup>	R\$ 232.151.234,90	R\$ 0,00	R\$ 232.151.234,90
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>R\$ 232.151.234,90</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 232.151.234,90</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>R\$ 395.359.480,52</b>	<b>R\$ 162.631.074,79</b>	<b>R\$ 232.728.405,73</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>(2)</sup></b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

FONTE: SIAFI/ MG .

Nota: <sup>(1)</sup> Valores de Outras Disponibilidades Financeiras - Crédito Financeiro a Receber da Unidade Central - GMIFP sujeitos a alterações por parte da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF/SEF/MG.

<sup>(2)</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010.

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>(2)</sup>	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 0,00	R\$ 72.689.255,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 11.616,57	R\$ 812.654,54	R\$ 0,00	R\$ 26.169.329,39	R\$ 26.169.329,39	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.303.564,94	R\$ 16.303.564,94	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>R\$ 11.616,57</b>	<b>R\$ 73.501.910,39</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 42.472.894,33</b>	<b>R\$ 42.472.894,33</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Recursos Diretamente Arrec. p/ livre utilização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190.255.511,40	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 190.255.511,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>R\$ 11.616,57</b>	<b>R\$ 73.501.910,39</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 42.472.894,33</b>	<b>R\$ 232.728.405,73</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>(1)</sup></b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: SIAFI/MG

Nota: <sup>(1)</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.<sup>(2)</sup> Disponibilidade de Caixa Líquida, antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício, sujeita a alteração em virtude dos reflexos da nota constante do Anexo V.

Desembargador CLÁUDIO RENATO SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

R\$1,00		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP (Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010).	R\$ 1.829.229.269,78	4,91
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP (Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010 c/c IN nº 01 de 21/04/01e nº 05 de 19/12/01 - TCMG)	R\$ 1.794.879.680,76	4,81
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R\$ 2.203.495.247,66	5,91
Limite Prudencial (§ único, art. 22 de LRF)	R\$ 2.093.320.485,28	5,6145
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	R\$ 42.472.894,33	R\$ 232.728.405,73

FONTE: Anexos I e VI, referente ao terceiro quadrimestre de 2011

Desembargador CLÁUDIO RENATO SANTOS COSTA, Presidente; Maria Lúcia de Oliveira, Auditora; Hilton Secundino Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Paulo Roberto da Silva Coutinho, Gerente de Contabilidade.